

O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL NA MESORREGIÃO DIFERENCIADA JEQUITINHONHA-MUCURI

Douglas Vianna Bahiense¹
Jandir Ferrera de Lima²

RESUMO

Esse artigo analisa o desenvolvimento socioeconômico dos municípios da Mesorregião Diferenciadas Jequitinhonha-Mucuri. O procedimento metodológico consistiu na organização dos dados da População, do Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Na sequência, foram estimados os Índices de Centralidade (IC) e de Disparidade (ID). Os resultados demonstraram a pouca representatividade econômica da região em relação ao Brasil. Considerando o IC, os municípios de Mucuri (BA), Eunápolis (BA), Porto Seguro (BA), Teófilo Otoni (MG), Itapebi (BA), São Mateus (ES) e Teixeira de Freitas (BA) têm condições de avançar como polos econômicos. No índice de disparidade, os municípios de Jaguaré (ES); Montanha (ES); São Mateus (ES); e Diamantina (MG) são os que mantiveram ou ampliaram o nível dos serviços setoriais, melhorando o desenvolvimento municipal.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional; Economia regional; Desenvolvimento municipal; Desenvolvimento econômico.

MUNICIPAL DEVELOPMENT IN THE DIFFERENTIATED REGION JEQUITINHONHA-MUCURI

ABSTRACT

This paper analyzes the socioeconomic development of the municipalities at Jequitinhonha-Mucuri region in Brazil. The methodological procedure consisted of the organization of Population data, Gross Domestic Product (GDP) and the FIRJAN Municipal Development Index (FMDI). Subsequently, the Centrality (CI) and Disparity (DI) indexes were estimated. The results demonstrated the region's low economic representativeness in relation to Brazil. Considering the CI, the municipalities of Mucuri (BA), Eunápolis (BA), Porto Seguro (BA), Teófilo Otoni (MG), Itapebi (BA), São Mateus (ES) and Teixeira de Freitas (BA) are able to advance as economic hubs. In the disparity index, the municipalities of Jaguaré (ES); Mountain (ES); São Mateus (ES); and Diamantina (MG) are the ones that maintained or expanded the level of sectorial services, improving municipal development.

¹ Mestre em Produção Vegetal pela Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Bolsista de Apoio Técnico no Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural do ES (INCAPER) pelo Projeto do Fundo de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES). E-mail: douglas.bahiense@yahoo.com.br

² Doutor em Desenvolvimento Regional (Ph.D.) pela Universidade do Québec(UQAC)/Canadá. Professor do Mestrado em Economia e do Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Pesquisador do Núcleo de Desenvolvimento Regional e do Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da UNIOESTE. Pesquisador associado do Grupo de Pesquisas em Intervenção Regional (GRIR) da Universidade do Québec e do Centro de Pesquisas sobre o Desenvolvimento Territorial (CRDT) do Canadá. E-mail: jandirbr@yahoo.ca



JEL: O1; O2

Keywords: Regional development; Regional economy; Municipal development; Economic development.

1 INTRODUÇÃO

Segundo a análise de Souza e Alves (2011), referente à espacialidade regional das 137 mesorregiões brasileiras, a maioria dos setores econômicos não teve impacto significativo na maior parte delas entre 2000 a 2009. No entanto, diversos segmentos se destoaram como dinâmicos no interior do Brasil, como a mineração, agropecuária e administração pública. Vale ressaltar que o setor da extração mineral foi o que mais se concentrou no período analisado.

Frente a realidade das disparidades de desenvolvimento regional e regiões interioranas ainda puramente extrativas de recursos naturais, se pensou a Política Nacional do Desenvolvimento Regional (PNDR), que ratificou o tema de Mesorregião Diferenciada, como territórios estratégicos para a intervenção regional. As Mesorregiões Diferenciadas são espaços sub-regionais, indiferente a limites estaduais, que apresentam estagnação ou baixo dinamismo econômico. Dentre as Mesorregiões Diferenciadas identificadas no Brasil, por meio do Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Mesorregiões Diferenciadas (PROMESO), administrada pelo Ministério da Integração Nacional, atual Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), foram objeto de políticas públicas apenas treze Mesorregiões. Além do critério microrregional do Produto Interno Bruto (PIB) e setorização econômica, foram elencadas também outras regiões prioritárias para a implementação desta Política abrangendo a Amazônia Legal, as Faixas de Fronteira e o Semiárido Nordeste (SILVA, 2016).

O PROMESO reconheceu a desigualdade regional decorrente do processo de desenvolvimento econômico brasileiro, potencializada com o avanço de regiões com maior competitividade empresarial, em contraste com os baixos níveis de desenvolvimento humano em localidades remotas. O Programa buscou consolidar a base socioeconômica local e regional, a partir da proposição de projetos de desenvolvimento com a participação pública e o relacionamento institucional mais aprofundado da União, Estados da Federação e Municípios (SENRA, 2010).

Apesar do PROMESO ser interrompido a partir de 2012, no ano de 2019 a PNDR foi reeditada. Novamente, a reorganização de um arranjo institucional de

cooperação entre os níveis de poder e gestão se coloca como uma grande responsabilidade para o efeito das ações (VASCONCELOS; ANTONELLO, 2020; FERRERA DE LIMA, 2020).

Dentre as Mesorregiões Diferenciadas, o objeto desse estudo é a Jequitinhonha-Mucuri. A origem, conforme informações do Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2006), se dá pela conformação das Bacias Hidrográficas pertencentes ao Atlântico Leste, na qual a Bacia do Jequitinhonha reúne, nos cursos d'água, os Estados de Minas Gerais e Bahia e abarcam três principais rios da Bacia (Jequitinhonha; Araçuaí e Pardo). E como também, a Bacia do Mucuri, localizado em seu conjunto de sub-bacias nos territórios mineiro, baiano e capixaba, que contempla cinco principais rios (Mucuri, São Mateus, Itaúnas, Alcobaça e Jucuruçu).

As relações socioeconômicas no território das Bacias do Jequitinhonha e Mucuri mostram a diferença entre a parte costeira e interiorana. Na zona costeira, apresenta caracterização mais urbana, população de escolaridade maior e mais jovem e uma composição salarial elevada. Por outro lado, a interiorana tem a caracterização territorial rural, com infraestrutura limitada, baixo nível educacional, população genuinamente sênior e baixa remuneração salarial (MMA, 2006).

Dada as circunstâncias sociais e territoriais, a Mesorregião Diferenciada Jequitinhonha-Mucuri não foi omitida pelo poder público nos investimentos em projetos de desenvolvimento. Segundo informações do Ministério da Integração Nacional (MIN, 2014), em 2013 os recursos aplicados pelo Fundo Constitucional do Nordeste somaram R\$ 372,5 milhões em 9.095 contratos de investimento privado.

Frente ao exposto, esse estudo analisa o desenvolvimento socioeconômico dos municípios da Mesorregião Diferenciada Jequitinhonha-Mucuri, a partir de indicadores de centralidade e as disparidades regionais.

Organiza-se o artigo com uma abordagem científica e teórica retratando o desenvolvimento e a economia regional; metodologia da pesquisa; seus resultados da pesquisa e considerações finais.

2 DESENVOLVIMENTO E ECONOMIA REGIONAL

A determinação de políticas, estratégias e programas de desenvolvimento regional deve considerar-se investimentos prioritários, balizados em projetos tanto públicos quanto privados. Além disso, deve promover a expansão comercial na

logística entre as regiões. Esses requisitos se harmonizam para a construção de um ciclo econômico e social, que estimulam as regiões em seu crescimento e desenvolvimento econômico (LIMA, 2006).

Para a determinação das políticas, estratégias e programas de desenvolvimento, as análises econômico-regionais têm como propósito auxiliar o trabalho de desenvolvimento de políticas públicas. Afinal, um quadro de concentração e desigualdade regional não se desfaz, uma vez que a tendência da formação do capital é a própria concentração. Destarte, a mudança nesse cenário por meio das ações públicas, que resultem em investimentos locais, pode ser a maneira mais exata de transformar a natureza de distribuição desigual do capital no espaço regional (GOTARDO; STADUTO, 2017).

No caso, as políticas de desenvolvimento regional têm utilidade quando se combate às desigualdades. Todavia, identificaram-se pelo menos, três estratégias para se diminuir o efeito das disparidades regionais: pelo mercado mais independente; pelas políticas de Estado; e pela superação da autonomia regional nas condições materiais (THEIS, 2019).

Neste contexto, Alves et al. (2007) destacam outra alternativa para minimizar as desigualdades: a intensificação das atividades econômicas locais. Além disso, as aplicações dos recursos públicos em infraestrutura nas áreas interioranas e periféricas devem ser cada vez mais frequentes. Assim, estruturar o desenvolvimento regional pautado nesses parâmetros das políticas de Estado e o fomento ao mercado torna-se um dos desafios atuais a serem discutidos tanto para os governantes quanto para os pesquisadores.

Além dos investimentos públicos em infraestrutura, outro elemento que fortalece a economia regional e estimula o desenvolvimento regional é a parceria entre os agentes públicos e privados de uma região específica (NASSER, 2000). O conceito de desenvolvimento regional não se aplica apenas no ponto de vista econômico das regiões ou exclusivamente na ação do Estado, mas, sobretudo no fomento da cooperação entre os agentes para se estimular o empreendedorismo e a criação de emprego e renda. No âmbito do desenvolvimento econômico, com o propósito de buscar investimentos privados, os Estados da Federação têm autonomia constitucional de utilizar artifícios legais, a exemplo da concessão de benefícios fiscais às empresas, para simplificar os impostos estabelecidos facilitando

a sua própria arrecadação (RIBEIRO; PEREIRA, 2016; COLOMBO; TOLEDO; PRANDO, 2017).

No contexto regional brasileiro, em função da escala de organização do território brasileiro, o município se torna um elo importante para se discutir e refletir o padrão das desigualdades regionais. A administração municipal, por estar mais próxima da população, tem maior autonomia em perceber as demandas da população e estabelecer prioridades no atendimento das variadas fragilidades locais. Porém, em alguns municípios os recursos próprios arrecadados são insuficientes para garantir os serviços públicos de qualidade, criando-se um ciclo vicioso das transferências intergovernamentais para suprir o atendimento popular. Essa dependência é amplamente superior ao que seria padronizado nas prerrogativas do sistema federativo (MENDES et al., 2018). Assim, fortalecer os municípios e sua base produtiva também é fortalecer as regiões, pois implica em gerar mais recursos públicos para atender projetos regionais e locais de desenvolvimento.

Os autores Strassburg, Ferrera de Lima e Oliveira (2014) salientam que os municípios, em especial a sua área urbana, também representam lugares centrais ou polos regionais de desenvolvimento. Em geral, o progresso desses lugares dependerá da dinâmica das atividades econômicas ligadas ao setor terciário e secundário. Quanto maior a dinâmica das atividades urbanas, maior é a centralidade do município.

Partindo do pressuposto da centralização econômica nos municípios, Alves (2016) reforça a influência da construção de um polo regional. As regiões se ordenam em torno de um município ou aglomeração urbana que polariza, dominando economicamente sua área de influência. Essa hegemonia se faz presente nos elos comerciais, político-administrativas, sociais e populacionais.

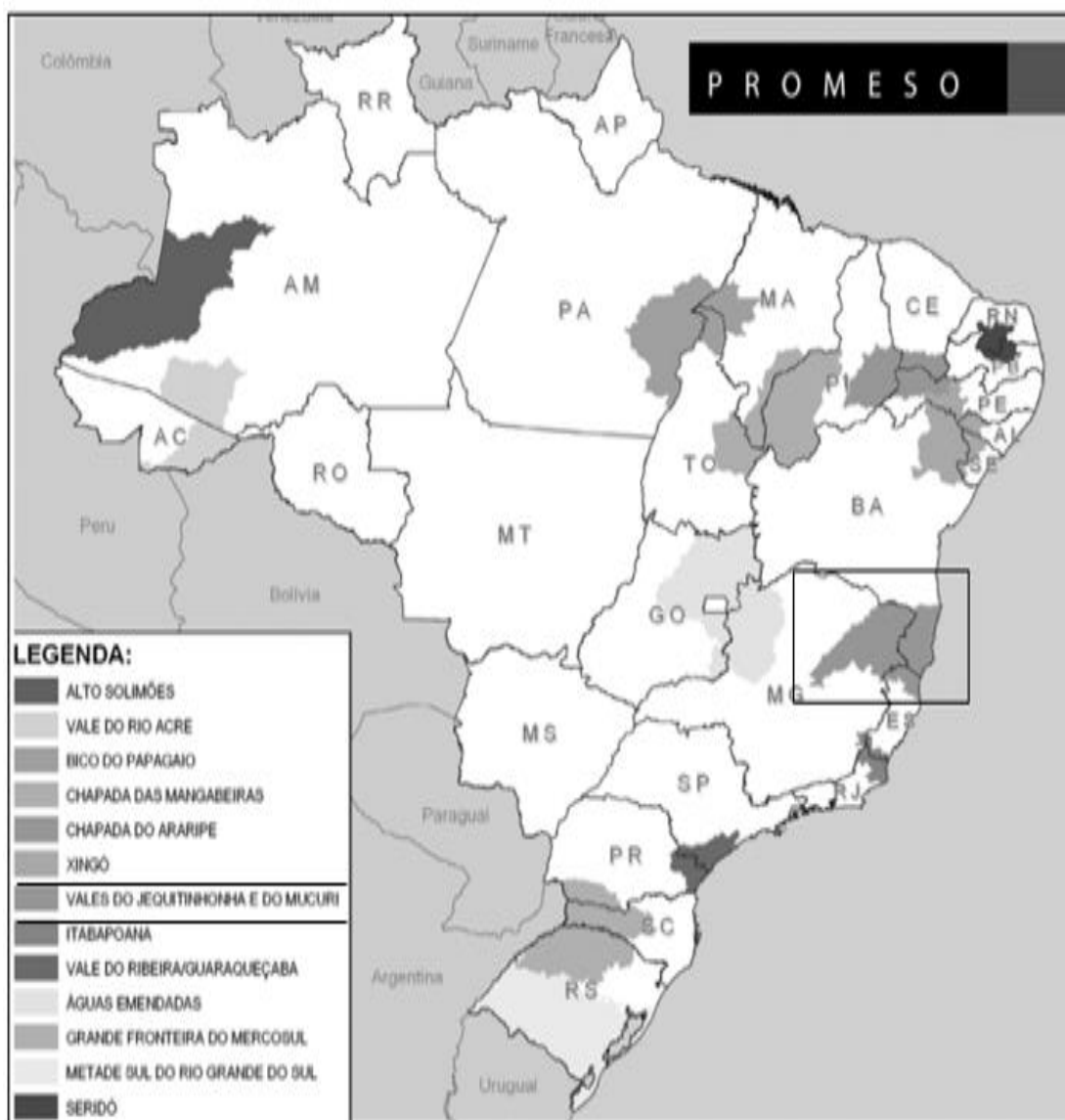
Destaca-se, em relação ao parâmetro do desenvolvimento econômico e regional, o argumento do Raiher, Ferrera de Lima e Ostapechen (2017) na formulação conceitual do “efeito espraiamento”, ou seja, quando o polo e sua centralidade regional prospera, parte desse crescimento também acaba influenciando positivamente o desenvolvimento do próprio entorno, promovendo um ciclo efetivo do crescimento nas regiões periféricas próximas. Ou seja, quando a centralidade do município estimula a difusão das atividades produtivas no entorno, o efeito conjunto representa o desenvolvimento regional.

Nesse sentido, aliar crescimento econômico, medido pela expansão do Produto Interno Bruto (PIB), e desenvolvimento econômico, medido pelas condições de vida da população, propiciam um ciclo virtuoso de desenvolvimento não apenas no município, mas no conjunto da região.

3 METODOLOGIA

A área de estudo é a Mesorregião Diferenciada Jequitinhonha – Mucuri (Figura 1). Ela é composta por 105 municípios, que se distribuem em três estados da federação – Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais (BRASIL, 2010).

Figura 1 – Geografia da Mesorregião Diferenciada Jequitinhonha-Mucuri



Fonte: MIN – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (2007)

A metodologia utilizada nesse trabalho estará organizada em duas etapas: A primeira fase se refere a organização dos dados nos municípios da Mesorregião Diferenciada Jequitinhonha-Mucuri. Os dados são: população estimada, Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Os Dados foram coletados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O período analisado nesta pesquisa foi de 2005 a 2016. Esse período atende a fase na qual o PROMESO esteve atuante e também foi um período de forte crescimento econômico no Brasil.

Para mensurar o crescimento econômico e a centralidade dos municípios, a variável econômica utilizada foi o Produto Interno Bruto (PIB). O PIB é a soma de toda produção dentro da fronteira de uma região. O resultado do PIB é demonstrado em valores monetários, sendo, então, enfatizado como um importante parâmetro de dinâmica econômica (OLIVETTE; SACHS, 2009). Os dados do PIB foram deflacionados com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), tendo por base o ano de 2005.

Para perceber o desenvolvimento socioeconômico, foi utilizado o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). O IFDM foi estabelecido em 2008 pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), em meio às discussões e questionamentos voltados ao desenvolvimento local de Estados e Municípios. O objetivo do IFDM era apresentar, com base nos dados oficiais, as desigualdades locais e regionais (FUZARO; CARNIELLO, 2020)

O IFDM avalia três dimensões: educação, emprego e renda e saúde. Conforme Fuzaro e Carniello (2020), a responsabilidade da avaliação das notas é a própria Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) variando de 0 a 1, ou seja, do mais baixo desenvolvimento até a elevada qualidade do desenvolvimento humano.

A própria FIRJAN (2020) estipulou 4 categorias de avaliação do IFDM: de 0 a 0,4, como município de baixo desenvolvimento; de 0,4 a 0,6 como desenvolvimento regular; de 0,6 a 0,8 como desenvolvimento moderado; e 0,8 a 1, como desenvolvimento eficiente.

A segunda fase desse estudo foi a estimativa do Índice de Centralidade (IC), idealizado por Walter Christaller. O IC mensura o grau de centralidade do município

a partir da representatividade da sua economia urbana, representada nas atividades secundárias e terciárias. Quanto maior pujante a economia urbana, maior a área de mercado de uma localidade e cada vez mais atrativo serão os seus setores terciário e secundário em relação ao seu entorno (STRASSBURG; FERRERA DE LIMA; OLIVEIRA, 2014; MANTOVANI et al., 2020).

Para o cálculo do Índice de Centralidade (IC) estimam-se parâmetros intrarregional (municípios e sua relação com a Mesorregião) e inter-regional (municípios e sua relação com o conjunto do Brasil), conforme as equações (1) e (2):

$$IC \text{ intra} = \frac{VAB \text{ urbano município}}{População \text{ Município}} / \frac{PIB \text{ Município}}{População \text{ Mesorregião}} \quad (1)$$

$$IC \text{ inter} = \frac{PIB \text{ município}}{População \text{ Município}} / \frac{PIB \text{ Brasil}}{População \text{ Brasil}} \quad (2)$$

Para mensurar a centralidade dos municípios, o IC geradas nas equações (1) e (2) foram categorizados em três classes: em baixo desenvolvimento (até 1,99), mediano (de 2,0 a 4,99) e alto desenvolvimento (acima de 5,00) no grau de centralidade (MANTOVANI et al., 2020).

O próximo passo foi a estimativa do Índice de Disparidade Regional (ID), medida pelo PIB per capita e pelo IFDM, comparando o valor do município (i) com a mesorregião em análise (j). O uso do PIB per capita reflete a convergência em termos de crescimento econômico e o uso do IFDM reflete a convergência em termos de desenvolvimento socioeconômico. Os valores dos índices variam de 0 a 1, quais sejam: convergente ao dinâmico ou desenvolvido (acima de 0,30); um valor mais concentrado ou estático (de 0,19 a 0,29); e convergente ao menos desenvolvido ou menos dinâmico (menor que 0,18) (HOUARD; MARFOUK, 2000; RAIHER; FERRERA DE LIMA; OSTAPECHEN, 2017; MANTOVANI et al., 2020). A equação para a estimativa do ID está exposta na equação (3):

$$ID \text{ inter/intra} = \frac{(IFDM \text{ i} - IFDM \text{ mínimo de j})}{IFDM \text{ máximo de j} - IFDM \text{ mínimo de j}} \quad (3)$$

Após o cumprimento das fases na pesquisa, foram feitas as comparações dos dados e organizada a análise, que será apresentada a seguir.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

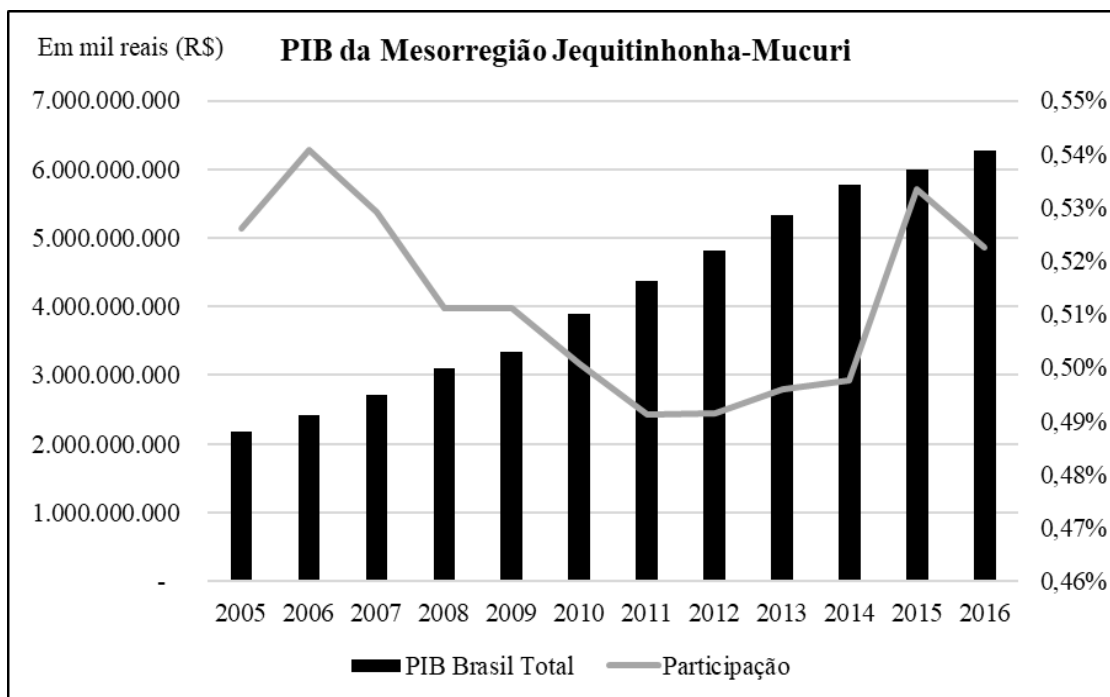
Os resultados expostos a seguir darão uma breve noção da realidade socioeconômica do desenvolvimento regional da Mesorregião Diferenciada Jequitinhonha-Mucuri.

O primeiro parâmetro analisado foi a evolução demográfica da Mesorregião Diferenciada Jequitinhonha-Mucuri. No período de 2005 a 2016, conforme resultados da pesquisa, houve uma taxa média de crescimento anual de 0,93% da população regional.

Considerando aos dados estimados de 2016, os municípios mais populosos da Mesorregião foram: Teixeira de Freitas (BA); Porto Seguro (BA); Teófilo Otoni (MG); São Mateus (ES); Eunápolis (BA); Itamaraju (BA); Diamantina (MG); Nova Viçosa (BA); Nanuque (MG); e Mucuri (BA) (Tabela 2). Os 10 primeiros colocados concentram aproximadamente 41% dos 2.291.009 habitantes da Mesorregião. Dentre esses municípios, se destacou o crescimento demográfico acelerado do município de Teixeira de Freitas (BA) em relação aos outros municípios ranqueados. Nos últimos 11 anos, este município teve acréscimo de 38.657 habitantes (IBGE, 2020).

Já os dados do PIB mostraram as comparações da economia da mesorregião Jequitinhonha-Mucuri em relação ao Brasil. Inicialmente, de acordo com os dados do Gráfico 1, em 2005 a participação da economia regional em relação ao Brasil era de 0,53%. Depois do ápice do PIB de 2006 (0,54%), ocorreram as sucessivas quedas de participação e em 2012, a economia regional começou a se recuperar. No ano de 2016, o PIB da Mesorregião voltou à 0,52% do PIB Nacional. Isso significa que, nos quesitos econômicos, esta região não tem muita representatividade na economia brasileira, sua participação conjunta permaneceu estagnada, o que demonstra a necessidade de amplos investimentos tanto privados quanto públicos.

Gráfico 1 – Participação do PIB da Mesorregião Jequitinhonha-Mucuri relacionado ao PIB Brasileiro (2005-2016)



Fonte: Resultados da pesquisa a partir de dados do IBGE (2020)

Um levantamento da dinâmica regional brasileira realizado por Macedo e Porto (2017), em relação ao PIB dos municípios, revelou a continuidade da concentração de riqueza; redução da atividade econômica industrial; dependência dos gastos públicos nos municípios; um processo lento de desconcentração econômica; e, o contraste do elevado PIB per capita em detrimento com a redução qualitativa do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Em relação ao *ranking* dos municípios, mesmo com a participação do PIB regional em relação ao PIB nacional estagnado, ocorreu o aumento nominal do PIB da Mesorregião em 2016 comparando no ano de 2005, de R\$11 Bilhões para R\$ 32 Bilhões. Outro destaque foi a evolução do PIB nos municípios baianos de Porto Seguro, Eunápolis, Teixeira de Freitas e Itamaraju, que ampliaram suas representatividades regionais. Os municípios de São Mateus (ES) e Teófilo Otoni (MG), que apesar de estarem bem classificados no ano de 2016, perderam a hegemonia representativa.

Na taxa média anual de crescimento do PIB de 2005 a 2016, o município de Ibirapuã (BA), com uma população de 2016 estimada em 8.796 habitantes, apresentou um crescimento anual relativo de 26,61% a.a. Os demais 9 municípios

mineiros - Veredinha, Turmalina, Itamarandiba, Carbonita, Franciscópolis, José Gonçalves de Minas, Capelinha, Padre Paraíso e Águas Formosas - tiveram as respectivas taxas médias de crescimento entre 16% e 13% a.a. Nesse *ranking*, esses municípios superaram a média da taxa da Mesorregião (10,10% a.a.)

Em relação ao *ranking* dos municípios mais pobres da Mesorregião Diferenciada Jequitinhonha-Mucuri, as 10 cidades com menor PIB tanto em 2005 quanto em 2016 pertencem ao território mineiro, principalmente Presidente Kubitscheck (MG) e São Gonçalo do Rio Preto (MG), cuja representação econômica manteve-se em 0,08 a 0,09% nos dois períodos, respectivamente.

No caso da taxa média anual de crescimento, os dados analisados foram heterogêneos geograficamente, cuja variação ficou próximo de 2 a 9% a.a., abaixo da média da taxa de crescimento do PIB da Mesorregião. Os municípios que tiveram crescimento econômico abaixo da média regional foram: Jaguaré (ES); Cachoeira de Pajeú (MG); Berilo (MG); Itagimirim (BA); Conceição da Barra (ES); Pedro Canário (ES); Pedra Azul (MG); Ecoporanga (ES); Caravelas (BA); e Alcobaça (BA). O município que apresentou um crescimento mais lento no período foi Jaguaré (ES).

Voltando à questão interregional, os dados mostraram que além dos municípios já citados, outros 22 municípios da Mesorregião se mantiveram na taxa média de crescimento do PIB. Dessa forma, os municípios que tiveram uma avaliação abaixo do esperado precisam rever suas estratégias de crescimento e desenvolvimento econômico para melhorar seu PIB municipal.

Segundo informações do Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2006), há atividades econômicas destacadas em alguns municípios da Mesorregião Diferenciada Jequitinhonha-Mucuri, tais como: produção têxtil, no município de Diamantina (MG); bovinocultura de corte e de leite, nos municípios mineiros de Carlos Chagas e Teófilo Otoni; indústria florestal, no Extremo-Sul Baiano; e indústria petrolífera, gás natural e sucroalcooleiro, no Extremo-Norte Capixaba.

Outro fator que faz diferença foram os incentivos institucionais na promoção da política pública de desenvolvimento econômico, no caso da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Conforme Menezes e Somerlate (2016), mesmo com a baixa adesão dos municípios do território Mineiro do Vale do Mucuri, as empresas alocadas beneficiadas pelos incentivos fiscais da SUDENE proporcionaram a geração de emprego e renda nos municípios sediados e nas

circunvizinhanças. Dessa forma, se ampliassem as concessões e o acesso das empresas sediadas na Mesorregião, muitas potencialidades econômicas locais de desenvolvimento podiam ser fomentadas.

Oliveira, Costa e Ribeiro Filho (2017) atribuíram a baixa densidade demográfica às localidades que dispõem de poucas ofertas de emprego, serviços de saúde e acesso à educação, o que resulta em baixos índices de desenvolvimento e atrativos para a fixação de população. Os autores afirmam também, que a Mesorregião apresenta poucos recursos para investir e necessita do suporte de projetos governamentais.

4.1 IFDM, Índices de Centralidade e Disparidade

Com as notas descritas no IFDM se percebeu que as administrações municipais avançaram nos indicadores de desenvolvimento humano. Os municípios com população inferior a 30.000 habitantes, economicamente limitados, também conseguiram auferir melhores níveis de desenvolvimento socioeconômico. O desempenho dos municípios mineiros de Gouveia, Couto Magalhães de Minas, São Gonçalo do Rio Preto, Leme do Prado e Felício dos Santos; dos municípios capixabas de Jaguaré, Boa Esperança, Pinheiros, Conceição da Barra, Montanha e Mucurici comprovam esta argumentação (FIRJAN, 2020).

Em relação à média do IFDM-Geral nacional, todos os municípios da Mesorregião Jequitinhonha-Mucuri tanto no ano de 2005 quanto no ano de 2016 obtiveram seus índices acima da média.³

No caso da taxa de variação média anual de crescimento do IFDM geral dos municípios, ocorreu um equilíbrio entre 6,65% e 4,97%, sendo que nove municípios mineiros, indicando esforço das prefeituras municipais nas suas prerrogativas de desenvolvimento humano. Os municípios foram: Ladainha (MG), Catuji (MG), Palmópolis (MG), Santa Helena de Minas (MG), Itapebi (BA), Leme do Prado (MG), Ataléia (MG), Angelândia (MG), Setubinha (MG) e Comercinho (MG). Nesse caso, todos os 10 municípios mais bem colocados no *ranking* nessa análise também estão acima da média do IFDM-Geral Nacional (1,64% a.a.) (FIRJAN, 2020).

³ Média do IFDM-Geral Nacional (2005) = 0,5593; Média do IFDM-Geral Nacional (2016) = 0,6678 (FIRJAN, 2020).

Ao todo de 85 municípios da Mesorregião conseguiram melhorar o IFDM geral, cujas taxas de crescimento, no período de 2005 a 2016, ficaram acima da média nacional.

Os dez municípios que mais se destacaram no IFDM auferindo as melhores taxas de desenvolvimento socioeconômico foram: Jaguaré (ES), Montanha (ES), São Mateus (ES), com ligeira queda, Diamantina (MG), Leme do Prado (MG), Conceição da Barra (ES), Felício dos Santos (MG), Porto Seguro (BA), Teófilo Otoni (MG) e Mucurici (ES) (Tabela 1).

Tabela 1 – *Ranking* dos municípios com melhor desempenho no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) da Mesorregião Diferenciada Jequitinhonha-Mucuri (2016)

Municípios	Índice IFDM – Geral	Índice IFDM – Educação	Índice IFDM – Emprego e Renda	Índice IFDM – Saúde
Jaguaré (ES)	0,7392	0,8769	0,4165	0,9243
Montanha (ES)	0,7296	0,8740	0,5624	0,7525
São Mateus (ES)	0,7290	0,8353	0,4741	0,8777
Diamantina (MG)	0,7167	0,8409	0,5612	0,7481
Leme do Prado (MG)	0,7114	0,8826	0,4432	0,8085
Conceição da Barra (ES)	0,7114	0,8472	0,4017	0,8852
Felício dos Santos (MG)	0,7099	0,7918	0,4857	0,8522
Porto Seguro (BA)	0,7067	0,6388	0,6775	0,8039
Teófilo Otoni (MG)	0,7065	0,7919	0,6378	0,6897
Mucurici (ES)	0,7036	0,8394	0,4916	0,7796
Média do IFDM Brasil – 2016	Média do IFDM Brasil – Geral 2016 = 0,6678	Média do IFDM Brasil – Educação – 2016 = 0,7689	Média do IFDM Brasil – Emprego e Renda 2016 = 0,4664	Média do IFDM Brasil – Saúde - 2016 = 0,7655

Fonte: Resultados da pesquisa a partir de dados da FIRJAN (2020).

Em consideração aos dados do IFDM de 2016 o que puxou a elevação deste índice geral nos municípios foram os indicadores de educação. Em contrapartida, detectaram-se indícios de problemas nos indicadores de Emprego & Renda em 8 municípios (Jaguaré-ES; Montanha-ES; São Mateus-ES; Diamantina-MG; Leme do Prado-MG; Conceição da Barra-ES; Felício dos Santos-MG; e Mucurici-ES) (Tabela 1)

Por outro lado, na Tabela 2, apresenta-se a relação dos municípios menos desenvolvidos da Mesorregião Jequitinhonha-Mucuri, conforme o IFDM geral. Os dados dos municípios comparados nos anos de 2005 a 2016 demonstraram uma frequente alternância de acordo com a classificação. Observando a Tabela, os municípios de Itaipé (MG) e Santa Helena de Minas (MG) permaneceram nos 10 primeiros colocados nos dois períodos, apesar da evolução do índice.

Tabela 2 – *Ranking* dos municípios menos desenvolvidos pelo IFDM-Geral e pela Taxa Média Anual de Crescimento da mesorregião Jequitinhonha-Mucuri (2005-2016)

Municípios	IFDM-Geral 2005	Municípios	IFDM-Geral 2016	Municípios	Taxa Média Anual de Crescimento (2005-2016)
Ladainha (MG)	0,2758	Bertópolis (MG)	0,4568	Gouveia (MG)	-0,26%
Santa Helena de Minas (MG)	0,2894	Jucuruçu (BA)	0,4678	Boa Esperança (ES)	-0,11%
Catuji (MG)	0,3137	Bandeira (MG)	0,5004	São Mateus (ES)	0,04%
Palmópolis (MG)	0,3300	Crisólita (MG)	0,5035	Felisburgo (MG)	0,41%
Itapebi (BA)	0,3362	Itaipé (MG)	0,5125	Pinheiros (ES)	0,62%
Ataléia (MG)	0,3457	Caraí (MG)	0,5159	Diamantina (MG)	0,75%
Ouro Verde de Minas (MG)	0,3483	Cachoeira de Pajeú (MG)	0,5231	Carbonita (MG)	0,81%
Itaipé (MG)	0,3562	Santa Helena de Minas (MG)	0,5249	Medeiros Neto (BA)	0,81%
Chapada do	0,3563	Prado (BA)	0,5315	São Gonçalo do Rio Preto	0,86%

Norte (MG)			(MG)		
Comercinho (MG)	0,3622	Minas Novas (MG)	0,5342	Serra dos Aimorés (MG)	0,96%
Média do IFDM – Geral Brasil – 2005	0,5593	Média do IFDM – Geral - Brasil – 2016	0,6678	Taxa de Crescimento Médio do IFDM – Geral - Brasil 2005 - 2016	1,64%

Fonte: Resultados da pesquisa a partir de dados da FIRJAN (2020).

Na última avaliação do IFDM de 2016, os municípios que tiveram o desempenho abaixo da média geral foram: Bertópolis (BA), Jucuruçu (BA), Bandeira (MG), Crisólita (MG), Itaipé (MG), Caraí (MG), Cachoeira do Pajeú (MG), Santa Helena de Minas (MG), Prado (BA) e Minas Novas (MG).

No caso da taxa média anual de crescimento descritos no *ranking*, os municípios de Gouveia (MG) e Boa Esperança (ES) obtiveram quedas percentuais, que certamente refletem o comprometimento qualitativo dos serviços sociais. Complementando a questão interregional, além desses 2 municípios, 18 municípios não conseguiram avançar nos serviços sociais qualitativos na avaliação IFDM, cujos valores estiveram abaixo da média nacional.

O ponto mais crítico na Mesorregião ficou por conta da dimensão “Emprego & Renda”. Com exceção do município de Prado (BA), com o índice de empregabilidade considerado regular, os demais municípios apresentaram resultados pífios. Isso se reflete principalmente na expectativa dos jovens em conquistar seu emprego no mercado de trabalho. E perante a situação difícil de oportunidades locais, eles buscam oportunidade de trabalho nos municípios maiores. Os municípios com menores índices, como Caraí (MG); Itaipé (MG); Bandeira (MG); e Bertópolis (MG) precisam de um plano especial de desenvolvimento que fomente o empreendedorismo e a renda da população, a partir das suas potencialidades locais e regionais.

Em relação aos municípios capixabas de Montanha, Pinheiros e São Mateus, houveram investimentos financeiros de grande impacto no Banco do Nordeste (BNB). Esta contribuição institucional alavancou o processo industrial nesses municípios, a exemplo dos segmentos florestal, de produção de minerais não

metálicos, além da cadeia produtiva agropecuária, formalizando a parceria do Banco com os estados e municípios na efetivação do desenvolvimento regional (JESUS; FREITAS; FROTA, 2017).

Segundo Fonseca e Aguiar (2019), a presença instituições de ensino superior, como a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), estão fazendo a diferença em relação à manutenção da renda nas cidades-sedes dessas Instituições e fortalecendo a atratividade em relação aos outros municípios.

Fonseca e Aguiar (2019) justificam que essas cidades universitárias atraem os jovens para uma oportunidade de crescimento profissional, por vezes retirando-os das cidades de origem. Ademais, essas Instituições, inseridas nas cidades da região, atraem trabalhadores de outros Estados em busca da melhor estruturação salarial e trabalhista e recebe a população pendular no seu trabalho temporário, tornando sua economia local mais aquecida no seu comércio, o que reflete na centralidade do município.

Em 2005, apenas 2 municípios (Mucuri-BA e Jaguaré-ES), alcançaram Índices de Centralidade significativos, indicando uma forte economia urbana. No ano de 2016, o panorama mudou bruscamente e a maioria dos municípios da Mesorregião puderam ampliar a sua centralidade econômica. Diante desse caso, 7 municípios alcançaram o Índice de Centralidade satisfatório acima de 5,00, em 2016, que foram: Mucuri (BA), Eunápolis (BA), Porto Seguro (BA), Teófilo Otoni (MG), Itapebi (BA) São Mateus (ES) e Teixeira de Freitas (BA). Esses municípios foram os mais atrativos em termos de economia urbana na Mesorregião. Os investimentos nos setores industriais e nos serviços comerciais fizeram a diferença no aumento do PIB e também do Índice.

Constatou-se algumas peculiaridades nos resultados do Índice de Centralidade nos municípios de Mucuri (BA), São Mateus (ES), Teófilo Otoni (MG), Vale do Mucuri (MG). Segundo Matos (2020) é devidamente reconhecido o crescimento econômico do município de Mucuri (BA), por causa do desenvolvimento do setor florestal e o beneficiamento da celulose, embora haja dependência do desempenho industrial de uma única empresa e isso pode influenciar nas políticas municipais de emprego e renda. O município também avançou em outros setores

econômicos principalmente na agroindústria, que garante um valor agregado considerável.

O município de São Mateus (ES) foi um dos que mais se urbanizaram no território capixaba nos últimos anos. Além disso, o município tem cada vez mais participação na economia do Estado do Espírito Santo por causa do setor de petróleo e gás natural. Por outro lado, o setor agropecuário baseia-se na produção florestal do eucalipto, na produção de celulose e demais matérias-primas florestais. Assim, São Mateus (ES) se apresenta como o centro polarizador do Extremo Norte do Espírito Santo, com a oportunidade de fortalecer o setor de serviços e condições logísticas de atender à porção sul da Bahia por meio da BR-101 (FRANÇA et al., 2011).

Segundo Costa (2015), o município de Teófilo Otoni (MG) é a principal referência regional do Vale do Mucuri (MG). O município é referência no setor terciário, com as principais instituições bancárias e de ensino da região, que contribuem para a sua atratividade. Por isso, em razão dos investimentos públicos e privados, o município apresenta disponibilidade de empregos em quaisquer setores de serviços mesmo em remunerações baixas.

Em relação ao Índice Centralidade, os municípios menos expressivos foram: Jenipapo de Minas (MG); Monte Formoso (MG) e Presidente Kubitscheck (MG). Esses municípios lideraram os respectivos Índices menos expressivos nos dois períodos (2005 e 2016). Em comparação ao ano de 2005, houve uma pequena melhoria dos índices nos municípios em razão da evolução do PIB dos setores urbanos. E na taxa de crescimento médio anual, os 10 municípios obtiveram o discreto crescimento dentre 4% a 18%, com destaques para Jaguaré (ES), Berilo (MG) e Pedro Canário (ES).

Na ótica da discussão geral sobre o tema da centralidade, se enfatiza dois apontamentos que auxiliam o processo de desenvolvimento da economia urbana, quais sejam: Moraes e Macedo (2014) destacaram a especialização mais aprofundada nas cidades intermediárias no interior do Brasil, já que aumentaram a participação econômica no PIB em função da melhoria nos preços das *commodities*. Já Campos et al. (2016) consideraram que a renda urbana é mais seletiva por conta da complexidade estrutural das cidades e adjacências, onde os salários e os preços dos serviços elevados são fatores de decisão de instalação de empresas. Assim, os

municípios com mais população e mais serviços disponíveis tendem a ser sempre mais atrativos.

No Índice de Disparidade regional, cujo foco é o desenvolvimento socioeconômico, tanto no ano de 2005 quanto no ano de 2016, os municípios ranqueados tiveram seus desempenhos amplamente satisfatórios garantindo a diminuição entre as desigualdades socioeconômicas referentes às atividades relacionadas à educação, emprego e renda e saúde. No ano de 2016, os municípios de Jaguaré (ES), Montanha (MG), São Mateus (ES), Diamantina (MG), Leme do Prado (MG), Conceição da Barra (ES), Felício dos Santos (MG), Porto Seguro (BA), Teófilo Otoni (MG) e Mucurici (ES) mantiveram-se com maior convergência em relação ao mais desenvolvido.

Reiterando o caso interregional no Índice de Disparidade, a média brasileira corresponde a 0,55 no período de 2005 a 2016, que no geral considera-se o desenvolvimento convergente ao mais desenvolvido. Nesta análise da Mesorregião Jequitinhonha-Mucuri, 26 municípios estão acima da média Nacional, o que demonstra que na dimensão desenvolvimento humano e social os municípios avançaram, apesar da sua fragilidade econômica.

Continuando a análise interregional no período, os 10 municípios que sobressaíram da média brasileira e ainda mantendo o nível de dinamicidade no Índice de Disparidade foram: São Mateus (ES), Jaguaré (ES), Conceição da Barra (ES), Diamantina (MG), Pinheiros (ES), Montanha (ES), Porto Seguro (BA), Teófilo Otoni (MG), Teixeira de Freitas (BA) e Ecoporanga (ES).

Mesmo que a maioria dos municípios da Mesorregião ultrapassaram à média nacional assim como o valor acima de 0,29 (maior dinamicidade), apenas 6 municípios não conseguiram manter o padrão de desenvolvimento mantendo inertes, que foram: Jucuruçu (BA), Santa Helena de Minas (MG), Ladainha (MG), Bertópolis (MG), Caraí (MG), e Salto da Divisa (MG).

Enquanto o crescimento econômico e a centralidade refletem a concentração, o desenvolvimento socioeconômico foi mais disperso na Mesorregião. Rolim (2015) afirma que as disparidades produtivas entre as regiões pobres e ricas também reforçam o tratamento indispensável de formalizar uma eventual política de coesão entre os entes federais e regionais, que em contrapartida possuem um baixo grau de autonomia financeira e capacidade de atrair investimentos. Para isso acontecer de

fato, Silva e Ferrera de Lima (2014) destacaram a movimentação da ruptura estrutural fortalecendo as atividades produtivas urbanas. Ou seja, o foco das políticas de emprego e renda é congregar as atividades produtivas locais, fortalecendo encadeamentos produtivos intrarregionais. E para ser concretizado essa ação, o poder público pode promover ações de fomento nas regiões mais carentes a fim de impulsionar as atividades econômicas.

Santos, Pales e Rodrigues (2014) asseguram que pelos investimentos realizados no Brasil, na década de 2000, geraram impactos positivos em todo território nacional, principalmente na Região Nordeste. Nos dados analisados, os autores constataram o crescimento da qualidade de vida da população com a ação de políticas públicas, como são os casos da educação e da redução da mortalidade infantil. No caso do aumento da renda, as políticas públicas foram os programas de transferência de renda e do maior poder de compra do trabalhador com base nas políticas salariais. No entanto, a melhor diretriz da transformação da estrutura econômica nas regiões carentes se deu em parcerias-público-privados no setor produtivo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse estudo analisar o desenvolvimento socioeconômico municipal da Mesorregião Diferenciada Jequitinhonha-Mucuri. O procedimento metodológico consistiu no agrupamento de dados correlacionados à população, Produto Interno Bruto e os Índices de desenvolvimento cujas principais formulações desenvolvidas na pesquisa foram o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal e a estimativa dos Índices de Centralidade e de Disparidade.

Os principais resultados da pesquisa da Mesorregião pontuaram que em 2016 os municípios de Teixeira de Freitas (BA), Porto Seguro (BA), Teófilo Otoni (MG), São Mateus (ES) e Eunápolis (BA) ultrapassaram na faixa de 100.000 habitantes sendo, demograficamente representativos no conjunta da região. Enquanto a maioria dos municípios da região não chegam a 30.000 habitantes.

Na economia, os dados quantitativos do PIB da Mesorregião comparando ao Brasil revelaram pouca representatividade econômica. No âmbito econômico, o PIB e o Índice de Centralidade (IC) da Mesorregião tiveram ligeira melhoria representativa na dinâmica econômica dos municípios.

Considerando o IC, que denota a atratividade econômica dos setores urbanos, os municípios de Mucuri (BA), Eunápolis (BA), Porto Seguro (BA), Teófilo Otoni (MG), Itapebi (BA), São Mateus (ES) e Teixeira de Freitas fortaleceram suas atividades secundárias e terciárias em relação ao restante dos municípios do seu entorno.

No caso da análise intrarregional, o município baiano de Ibirapuã, apresentou no período de 2005 a 2016, uma taxa média anual de IC elevada em relação à economia da Mesorregião. Portanto, é um município cidade que requer atenção na atuação de políticas de desenvolvimento econômico aprimorando ainda mais a dinâmica local.

Considerando o caráter excepcional da análise inter-regional na centralidade urbana, o município de Itabela (BA) obteve o seu destaque em relação à economia brasileira com crescimento anual de 35,92% a.a, ou seja, o valor menor do que da análise intrarregional do município de Ibirapuã (BA).

Em relação ao IFDM-Geral, na Mesorregião Diferenciada Jequitinhonha-Mucuri os municípios de Jaguaré (ES), Montanha (ES), São Mateus (ES) e Diamantina (MG) são os que mantiveram ou ampliaram o nível dos serviços setoriais, melhorando o desenvolvimento municipal. A dimensão na qual houve maior convergência no desenvolvimento dos municípios foi a educação, significando o interesse na qualidade de ensino.

O detalhe preocupante na análise do IFDM-Geral é que a Mesorregião Diferenciada Jequitinhonha-Mucuri necessita de um plano regional de desenvolvimento que estimule e amplie a capacidade empreendedora da população. Para isso ser concretizado, é importante o envolvimento da interface população, poder público e organizações.

O caso a se considerar nos resultados do Índice de Disparidade seria a ação da administração municipal na aplicação eficiente dos recursos em áreas essenciais da população. No que depender dos investimentos a serem feitos, torna-se importante prover melhores políticas públicas para execução dos gastos públicos em projetos estritamente focados em iniciativas de desenvolvimento local nas localidades e criar um ambiente de inovação econômica e social, a fim de que aumente proporcionalmente o emprego e a renda *per capita*.

Por fim, a Mesorregião está demonstrando um tímido desenvolvimento tanto econômico quanto social e que alguns municípios consolidaram seus parâmetros de desenvolvimento ao longo do período. Para tanto, a Mesorregião apresenta potencialidades de desenvolvimento, que deverão ser analisadas em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. R. Região, urbanização e polarização. *In*: PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J.; EBERHARDT, P. H. de C. (Org.). **Economia & Desenvolvimento Regional**. Foz do Iguaçu PR: Editora Parque Itaipu, 2016. p. 41-51.

ALVES, L. R.; FERRERA DE LIMA, J.; RIPPEL, R.; PIACENTI, C. A. O *Continuum*, a localização do emprego e a configuração espacial do oeste do Paraná. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, p. 25-47, jan./jun. 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Calculadora do Cidadão**, 2020. Disponível em:
<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice> Acesso em: 27 out. 2020.

BRASIL. Anexo I- Mesorregiões Instituídas e Respectivas Relações de Municípios **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, n. 8, p. 29-30, 25/11/2010.

CAMPOS, L. F. de; MARTINS, N. S. F.; OLIVEIRA, A. M. H. C. de; SIMÕES, R. F. Atributos urbanos e condição de ocupação da população economicamente ativa de Minas Gerais: uma análise multinível. **Informe Gepec**, Toledo, v. 20, n. 1, p. 78-97, jan./jun. 2016.

COLOMBO, L. A.; TOLEDO, R. A.; PRANDO, R. A. As políticas de incentivo ao desenvolvimento regional em um federalismo assimétrico. **Sinais**, Vitória, n. 20, p. 25-46, jul./dez. 2016.

COSTA, A. S. V. da. Evolução da renda nas cidades de Carai e Teófilo Otoni, localizadas no Nordeste de Minas Gerais, nos anos de 2000 e 2010. **Revista Cesumar Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, Maringá, v. 20, n. 2, p. 405-423, jul./dez. 2015.

FERRERA DE LIMA, J. The Brazilian Policy of Regional Development. **Working paper nº 02**. Center for Regional Development (NDR). UNIOESTE, 2020. DOI: 10.13140/RG.2.2.16770.63682

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. 2020. Disponível em: <https://firjan.com.br/ifdm>. Acesso em: 27 out. 2020.

FONSECA, S. F.; AGUIAR, H. H. Identificação de *cluster* de concentração de renda e dependência demográfica nos vales do Jequitinhonha e Mucuri. **R. Ra'e Ga**, Curitiba, v. 46, p. 132 -144, apr. 2019.

FRANÇA, C. J. de; OLIVEIRA JÚNIOR, A. P. de; SENA, N. Z.; RODRIGUES, V. M.; Espírito Santo: dinâmica urbano-regional do Estado. *In*: PEREIRA, R. H. M.; FURTADO, B. A. **Dinâmica Urbano-Regional: rede urbana e suas interfaces**. Brasília: IPEA. 2011. p. 225-262.

FUZARO, P. A.; CARNIELLO, M. F. Estudo Comparativo do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal na Região Metropolitana do Vale do Paraíba-SP. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, ano 18, n. 52, p. 75-100, jul./set, 2020.

GOTARDO, D. M.; STADUTO, J. A. R. Polos e áreas de influência: uma proposta de regionalização econômica para o Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v.19, n.1, p.106-124, jan./abr. 2017.

HOUARD, J.; MARFOUK, A. Portrait socio-économique des régions européennes. *In*: BEINE, M.; DOCQUIER, F. (Org.). **Croissance et convergence économiques des régions: théorie, faits et déterminants**. Bruxelles: De Boeck Université, 2000, p.19-53.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sinopse do Censo Demográfico: 2010**. Rio de Janeiro: IBGE. 2011. 265 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA**. 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca15/brasil> . Acesso em: 27 out. 2020.

IPEADATA. **População**. 2020. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx> . Acesso em: 27 out. 2020.

JESUS, J. A. L. de; FREITAS, M. S. C. de; FROTA, S. A. Financiamentos de longo prazo. *In*: XIMENES, L. J. F. **Perfil Socioeconômico do Norte do Espírito Santo**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. 2017. p. 143-151.

LIMA, A. E. M. A teoria do desenvolvimento regional e o papel do Estado, **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 24, n.45, p. 65-90, mar. 2006.

MACEDO, F. C. de; PORTO, L. R. Dinâmica regional brasileira: uma análise com base nos dados do PIB municipal (2002-2015). **Revista de Economia Regional, Urbana e Do Trabalho**, Natal, v. 6, n. 2, p. 52-69, 2017.

MANTOVANI, G. G.; RUTHS, J. C.; SOUZA, M. P. R. de; FERREIRA, R. L. A.; CATTELAN, R.; MATTEI, T. S.; CAMARGO, W. S. de. A dinâmica do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira brasileira. *In*: FERRERA DE LIMA, J. (Org.). **Desenvolvimento Regional Fronteiriço no Brasil**. Toledo, PR: Núcleo de Desenvolvimento Regional, 2020. p. 35-115.

MATOS, R. M. F. de. Indústria de celulose no município de Mucuri – Bahia: panorama dos aspectos socioeconômicos e uso do solo. **Revista de Economia Regional Urbana e do Trabalho**, v. 9, n. 1, p. 82 – 100, 2020.

MENDES, W. de A.; FERREIRA, M. A. M.; ABRANTES, L. A.; FARIA, E. R. de. A influência da capacidade econômica e da formação de receitas públicas no desenvolvimento humano. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 5, p. 918-934, set./out. 2018.

MENEZES, J. P. C. B.; SOMERLATE, R. L. de A. Incentivos fiscais: o mito do lucro da exploração na região do Vale do Mucuri. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade**, Monte Carmelo, v. 4, n. 10, p. 1-18, 2016.

MIN – MINISTÉRIO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Revista de Espaço Regional: organização, desenvolvimento e sustentabilidade – os projetos que fazem o Brasil dar certo**. Brasília: MIN. 2007. 68 p.

MIN – MINISTÉRIO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste – FNE: relatório gestão – exercício 2013**. Brasília: MIN, SUDENE. 2014. 38 p. (Parecer Conjunto)

MMA- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Caderno da região hidrográfica Atlântico Leste**. Brasília: MMA, 2006. 156 p.

MORAIS, J. M. L.; MACEDO, F. C. de. Apontamentos sobre a rede urbana do Ceará: níveis de centralidade, interações espaciais e dinâmica econômica. **Informe Gepec**, Toledo, v. 18, n. 1, p. 43-60, jan./jun. 2014.

NASSER, B. Economia Regional, Desigualdade Regional no Brasil e o Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 145-178, dez. 2000.

OLIVEIRA, L. P.; COSTA, E. P. V. da S. M. da; RIBEIRO FILHO, V. Uma Análise da Vulnerabilidade Social das Microrregiões Geográficas do Estado de Minas Gerais, Brasil, **GEO UERJ**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 58-75, 2017.

OLIVETTE, M. P. de A.; SACHS, R. C. C. Indicador de responsabilidade social, produto interno bruto e área ocupada com as principais culturas, Estado de São Paulo, 2006, **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 39, n. 7, p. 49-66, jul. 2009.

RAIHER, A. P.; FERRERA DE LIMA, J.; OSTAPECHEN, L. A. P. Crescimento Econômico no Sul do Brasil. **Revista de Economia e Agronegócio**, Viçosa, v. 15, n. 2, p. 224-249, 2017.

RIBEIRO, M. C. P.; PEREIRA, T. C. A concorrência fiscal como opção na indução ao desenvolvimento econômico. **Informe Gepec**, Toledo, v. 20, n. 1, p. 164-175, 2016.

ROLIM, C. F. C. **Política Regional na União Europeia e na América Latina**. Brasília: IPEA. 2015. 141 p. (Relatório de Pesquisa)

SANTOS, G. R. dos; PALES, R. C.; RODRIGUES, S. G. Desigualdades Regionais no Brasil: 1991-2010. **InterSciencePlace**, Campos dos Goytacazes, v 1, n. 31, out./dez. 2014.

SENRA, K. V. Políticas e instituições para o desenvolvimento econômico e territorial. O caso do Brasil. **Desarrollo Territorial**, Santiago, v. 8, p. 03-107, 2010.

SILVA, A. C. da; FERRERA DE LIMA, J. O Conceito de ruptura estrutural no desenvolvimento econômico regional. **Pensamento Plural**, Pelotas, n. 15, p. 133-149, 2014.

SILVA, S. P da. Análise da trajetória institucional de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 67, n. 3, p. 351-376 jul./set. 2016.

SOUZA, C. C. G. de; ALVES, L. R. A Especialização E A Reestruturação Produtiva Das Atividades Econômicas entre as Mesorregiões do Brasil entre 2000 a 2009. **Informe Gepec**, Toledo, v. 15, número especial, p. 145-161, 2011.

STRASSBURG, U.; FERRERA DE LIMA, J.; OLIVEIRA, N. M. de. A centralidade e o multiplicador do emprego: Um estudo sobre a Região Metropolitana de Curitiba. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 218-235, maio/ago. 2014.

THEIS, I. M. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p.334-360, setembro-dezembro, 2019.

VASCONCELOS, L. H. C.; ANTONELLO, I. T. Política Nacional de Desenvolvimento Regional no Sudoeste do Paraná. **Mercator**, Fortaleza, v. 19, 13 p., 2020.